

v.2, n.12, 2025 - Dezembro

REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

**AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL E SUA EFICÁCIA NO CONTROLE
DA INFLAÇÃO NO BRASIL (2022-2024)**

Raffaella Davi de Souza Kitover¹

Revista O Universo Observável
DOI: 10.5281/zenodo.17865656
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.17865656)

¹Ciências contábeis universidade de vassouras - campus Maricá.

E-mail: raffaellakitover@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6543416255032345>



AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL E SUA EFICÁCIA NO CONTROLE DA INFLAÇÃO NO BRASIL (2022-2024)

Raffaella Davi de Souza Kitover



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
2966-0599

www.ouniversoobservavel.com.br

Editora e Revista
O Universo Observável
CNPJ: 57.199.688/0001-06
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

Este trabalho avalia a eficácia da autonomia operacional do Banco Central do Brasil (BCB) no controle da inflação após a promulgação da Lei Complementar nº 179/2021. A autonomia foi concebida para fortalecer a credibilidade da política monetária, blindando-a de pressões político-eleitorais e garantindo maior previsibilidade às decisões econômicas. O objetivo central é verificar se a independência institucional contribuiu para a manutenção da inflação dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no período de 2022 a 2024. A metodologia combina revisão bibliográfica com análise quantitativa de dados oficiais do IPCA, da taxa Selic e das resoluções do CMN. Foram utilizadas fontes primárias (atas do Copom, relatórios de inflação, resoluções do CMN) e secundárias (literatura sobre autonomia monetária e estabilidade de preços). O recorte temporal abrange janeiro de 2022 a dezembro de 2024, permitindo observar os efeitos da autonomia em um contexto de recuperação econômica pós-pandemia e de pressões fiscais persistentes. Os resultados indicam que, apesar de choques externos e da necessidade de elevação da taxa Selic, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, aproximando-se das metas estabelecidas. A autonomia operacional reforçou a capacidade técnica do BCB, promovendo maior confiança dos agentes econômicos. Contudo, os limites da independência monetária tornam-se evidentes em cenários de política fiscal descoordenada, o que exige maior integração entre instrumentos econômicos. Conclui-se que a autonomia do Banco Central é um instrumento relevante para o controle da inflação, mas sua eficácia plena depende de reformas fiscais e de coordenação interinstitucional.

Palavras-chave: Banco Central; Autonomia; Inflação; Política Monetária; Credibilidade.

ABSTRACT

This paper evaluates the effectiveness of the operational autonomy of the Central Bank of Brazil (BCB) in controlling inflation following the enactment of Complementary Law No. 179/2021. Autonomy was designed to strengthen the credibility of monetary policy, shielding it from political-electoral pressures and ensuring greater predictability in economic decisions. The central objective is to verify whether institutional independence contributed to maintaining inflation within the targets established by the National Monetary Council (CMN) during the period from 2022 to 2024. The methodology combines a literature review with quantitative analysis of official data from the IPCA, the Selic rate, and CMN resolutions. Primary sources (Copom minutes, inflation reports, CMN resolutions) and secondary sources (literature on monetary autonomy and price stability) were used. The time frame covers January 2022 to December 2024, allowing observation of the effects of autonomy in a context of post-pandemic economic recovery and persistent fiscal pressures. The results indicate that, despite external shocks and the need to raise the Selic rate, inflation followed a decelerating trajectory, approaching the established targets. Operational autonomy reinforced the technical capacity of the BCB, fostering greater confidence among economic agents. However, the limits of monetary independence become evident in scenarios of uncoordinated fiscal policy, which requires greater integration between economic instruments. It is concluded that the autonomy of the Central Bank is a relevant instrument for controlling inflation, but its full effectiveness depends on fiscal reforms and interinstitutional coordination.

Keywords: Central Bank; Autonomy; Inflation; Monetary Policy; Credibility Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

O controle da inflação é um dos pilares da estabilidade econômica, uma vez que sua instabilidade afeta diretamente o poder de compra da população, os investimentos produtivos e o crescimento econômico. No Brasil, essa função é desempenhada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável por definir as diretrizes macroeconômicas, e pelo Banco Central do Brasil (BCB), executor da política monetária.

Com a promulgação da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021, o BCB adquiriu autonomia institucional, alterando a dinâmica da condução da política econômica. Essa mudança buscou assegurar maior credibilidade e previsibilidade às decisões monetárias, blindando-as de pressões político-eleitorais. Rogoff (1985) destaca que a autonomia dos bancos centrais contribui para mitigar o problema da inconsistência temporal (time inconsistency), permitindo maior

comprometimento com metas de inflação. Alesina e Summers (1993), por sua vez, demonstram empiricamente que países com maior grau de independência monetária apresentam menores taxas de inflação, sem prejuízo significativo ao crescimento econômico.

Apesar da ampla literatura internacional sobre o tema, poucos estudos brasileiros analisam os efeitos concretos da autonomia do BCB no período pós-2021, especialmente entre 2022 e 2024. Essa lacuna justifica a relevância da presente pesquisa, que busca avaliar se a autonomia operacional ampliou a eficácia da política monetária no controle da inflação.

O estudo compara dados recentes do IPCA, da taxa Selic e das resoluções do CMN, discutindo não apenas os avanços obtidos, mas também os limites da autonomia em um contexto de desequilíbrios fiscais. Assim, pretende-se contribuir para o debate sobre independência monetária e

accountability institucional no Brasil, destacando a importância da coordenação entre política monetária e fiscal para a manutenção da estabilidade econômica.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral Avaliar se a autonomia do Banco Central potencializou a eficácia das políticas do CMN no controle da inflação brasileira entre 2021 e 2024.

2.2 Objetivos Específicos

Comparar a inflação média (IPCA) entre os períodos pré e pós-autonomia (2016–2020 versus 2021–2024);

Identificar as três principais resoluções do CMN para o controle inflacionário após 2021;

Avaliar os efeitos das ações conjuntas BCB-CMN sobre a trajetória da inflação.

3 JUSTIFICATIVA

A inflação exerce impacto direto sobre o poder de compra da população, afetando especialmente os grupos mais vulneráveis, além de comprometer a previsibilidade dos investimentos e das decisões empresariais. Por isso, seu controle não é apenas uma questão técnica, mas também social e política. No Brasil, historicamente marcado por episódios de instabilidade inflacionária, compreender os efeitos da autonomia do Banco Central é essencial para avaliar a qualidade da política monetária e seus reflexos sobre o bem-estar coletivo.

A promulgação da Lei Complementar nº 179/2021, que formalizou a autonomia institucional do Banco Central do Brasil, reacendeu o debate sobre independência monetária e accountability. Embora a literatura internacional, como Rogoff (1985) e Alesina & Summers (1993), já tenha demonstrado os benefícios da autonomia para o controle da inflação, os estudos brasileiros ainda analisam pouco os efeitos concretos dessa mudança no período pós-2021. Essa lacuna reforça a relevância da presente pesquisa.

Além disso, o contexto de 2022 a 2024 foi marcado por choques externos, pressões fiscais e desafios de coordenação entre política monetária e fiscal. Avaliar a atuação do BCB nesse cenário é fundamental para compreender os limites e possibilidades da autonomia institucional no Brasil. O estudo busca, portanto, contribuir para o debate acadêmico e prático, destacando tanto o impacto social da inflação quanto a importância teórica da independência monetária como instrumento de credibilidade e estabilidade econômica.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza descritiva e quantitativa, com abordagem documental e revisão bibliográfica. O recorte temporal definido abrange o

período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024, permitindo observar os efeitos da autonomia do Banco Central do Brasil (BCB) após a promulgação da Lei Complementar nº 179/2021.

Fontes de dados:

Banco Central do Brasil (BCB): Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), atas do Comitê de Política Monetária (Copom), Relatórios de Inflação e Boletins Focus.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): séries históricas do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Conselho Monetário Nacional (CMN): resoluções relacionadas à política monetária e às metas de inflação.

Tesouro Nacional: relatórios fiscais e dados de gestão da dívida pública.

4.2 Procedimentos

A análise quantitativa considera a evolução da taxa Selic e do IPCA, comparando os resultados com as metas de inflação estabelecidas pelo CMN. Foram calculadas variações percentuais e médias anuais para identificar tendências e oscilações no período pós-autonomia.

A revisão bibliográfica fundamenta-se em autores clássicos da teoria monetária, como Rogoff (1985) e Alesina & Summers (1993), além de estudos recentes sobre independência dos bancos centrais. Essa base teórica sustenta a discussão sobre os limites da autonomia monetária em contextos de desequilíbrios fiscais.

4.3 Abordagem

O estudo adota uma abordagem quantitativa descritiva, complementada por análise documental. Essa combinação permite não apenas observar os dados empíricos, mas também contextualizar os resultados à luz da literatura acadêmica e das mudanças institucionais ocorridas no Brasil após 2021.

5 ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 Evolução da Inflação (IPCA) 2020–2024

A análise do IPCA mostra que o ano de 2021 foi marcado por forte pressão inflacionária (10,06%), resultado de choques de oferta e da recuperação pós-pandemia. A partir de 2022, observa-se trajetória de desaceleração, com o índice recuando para 5,79% e, em 2023, atingindo 4,62%, dentro da banda de tolerância da meta estabelecida pelo CMN. Em 2024, os dados preliminares indicam inflação próxima de 4,5%, também dentro da meta.

Gráfico sugerido: Linha mostrando a evolução do IPCA anual (2020–2024), destacando o pico em 2021 e a queda gradual até 2024.

5.2 Evolução da Taxa Selic 2020–2024

A taxa Selic apresentou elevação significativa em 2021 e 2022, refletindo a resposta do Banco Central ao aumento da inflação. A média da Selic passou de 8,5% no período pré-autonomia (2016–2020) para 11,5% no período pós-autonomia (2021–2024). Esse movimento evidencia maior ativismo da autoridade monetária, que buscou ancorar expectativas e conter pressões inflacionárias.

Gráfico sugerido: Linha mostrando a evolução da Selic média anual (2020–2024), com destaque para o aumento em 2021–2022 e estabilização em 2023–2024.

5.3 Metas vs. Inflação Realizada

A comparação entre metas definidas pelo CMN e inflação efetiva revela que, embora 2021 e 2022 tenham ficado fora da banda de tolerância, os anos de 2023 e 2024 mostram convergência para a meta, reforçando a credibilidade da política monetária após a autonomia.

Tabela sugerida:

Ano	Meta de Inflação (CMN)	Banda de Tolerância	IPCA Realizado	Situação
2020	4,0%	±1,5 p.p.	4,52%	Dentro da meta
2021	3,75%	±1,5 p.p.	10,06%	Fora da meta
2022	3,50%	±1,5 p.p.	5,79%	Fora da meta
2023	3,25%	±1,5 p.p.	4,62%	Dentro da meta
2024*	3,00%	±1,5 p.p.	4,50% (estim.)	Dentro da meta

*Dados até junho de 2024. Fonte: BCB, IBGE, CMN.

5.4. Principais Resoluções do CMN Pós-2021

Resolução nº 4.921/2021: Estabeleceu novo regime de metas de inflação, reforçando transparência e credibilidade.

Resolução nº 5.069/2022: Introduziu medidas macroprudenciais, como ajustes em depósitos compulsórios e capital regulatório.

Resolução nº 5.123/2023: Direcionou crédito a setores específicos, buscando conter pressões setoriais de preços.

Essas medidas, articuladas com a autonomia operacional do BCB, demonstram maior capacidade de resposta técnica e institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a autonomia operacional do Banco Central do Brasil, formalizada pela Lei Complementar nº 179/2021, representou um avanço institucional relevante para a condução da política monetária. A independência conferida ao BCB fortaleceu sua credibilidade perante os agentes econômicos, permitindo maior previsibilidade nas decisões e contribuindo para a estabilização das expectativas inflacionárias.

A análise dos dados entre 2022 e 2024 evidencia que, embora a inflação tenha ultrapassado a meta em 2021 e 2022 devido a choques externos e pressões fiscais, houve convergência gradual para os

objetivos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional nos anos seguintes. A elevação da taxa Selic, conduzida de forma técnica e autônoma, foi decisiva para conter a escalada inflacionária e sinalizar compromisso com a estabilidade de preços. As resoluções do CMN complementaram esse processo, reforçando a transparência e introduzindo medidas macroprudenciais que ampliaram a eficácia da política monetária.

Contudo, os resultados também revelam os limites da autonomia monetária em contextos de desequilíbrios fiscais persistentes. A independência do Banco Central, por si só, não garante estabilidade plena quando a política fiscal atua de forma descoordenada, gerando pressões adicionais sobre a inflação e os juros. Assim, a autonomia deve ser entendida como condição necessária, mas não suficiente, para o controle sustentável da inflação.

Do ponto de vista prático, torna-se imprescindível fortalecer os mecanismos de coordenação entre política monetária e fiscal, avançar em reformas estruturais que assegurem responsabilidade fiscal e aprimorar a comunicação estratégica do Banco Central para ancorar expectativas. Para futuras pesquisas, recomenda-se aprofundar a análise da relação entre autonomia e accountability institucional, bem como investigar os impactos da independência monetária sobre o crédito, o investimento e o crescimento econômico no Brasil.

7 RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados obtidos e nas limitações identificadas, algumas recomendações podem ser destacadas para fortalecer a eficácia da autonomia do Banco Central do Brasil no controle da inflação:

Manutenção da autonomia institucional: Preservar o modelo formal estabelecido pela Lei Complementar nº 179/2021, garantindo estabilidade e previsibilidade na condução da política monetária.

Aperfeiçoamento de instrumentos complementares à Selic: Desenvolver e ampliar ferramentas macroprudenciais capazes de conter choques exógenos e pressões setoriais de preços, reduzindo a dependência exclusiva da taxa básica de juros.

Fortalecimento da comunicação estratégica: Intensificar a transparência e clareza na divulgação das decisões do Banco Central, de modo a ancorar expectativas e reduzir incertezas no mercado.

Integração entre política monetária e fiscal: Estabelecer mecanismos de coordenação mais efetivos entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, especialmente em períodos de crise, para evitar que desequilíbrios fiscais comprometam os efeitos da política monetária.

Reformas estruturais: Avançar em medidas fiscais que assegurem responsabilidade e sustentabilidade das contas públicas, criando um ambiente mais favorável para a eficácia da autonomia monetária.

Essas recomendações reforçam que a autonomia do Banco Central é um instrumento essencial para a credibilidade da política monetária, mas sua plena eficácia depende de um arcabouço institucional integrado e de políticas fiscais responsáveis.

8. REFERÊNCIAS

ALESINA, Alberto; SUMMERS, Lawrence H. Central Bank Independence and Macroeconomic Performance: Some Comparative Evidence. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 25, n. 2, p. 151–162, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatórios de Inflação. Brasília: Banco Central do Brasil, 2022–2024. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioinflacao>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). Séries IPCA (433) e Selic (4189). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/serieshistoricas>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN). Brasília: Banco Central do Brasil, 2021–2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/normas_cmn>.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a autonomia do Banco Central do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2021.

MISHKIN, Frederic S. *The Economics of Money, Banking and Financial Markets*. 12th ed. Boston: Pearson, 2021.

ROGOFF, Kenneth. The Optimal Degree of Commitment to an Intermediate Monetary Target. *Quarterly Journal of Economics*, v. 100, n. 4, p. 1169–1189, 1985.